



**51 OEA**  
ASAMBLEA GENERAL  
**GUATEMALA**  
NOVIEMBRE 2021



**OEA** | Más derechos  
para más gente

**Diálogo dos Chefes de Delegação, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral adjunto e dos representantes das organizações da Sociedade Civil, dos trabalhadores, do setor privado e de outros atores sociais**

## **DECLARAÇÃO DA COALIZÃO PARA OS DIREITOS DAS PESSOAS TRABALHADORAS SEXUAIS DAS AMÉRICAS À ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA**

Guatemala, 9 de novembro de 2021

Secretário-Geral, Ministros e Ministras, membros de delegações oficiais, colegas da sociedade civil:

Gostaríamos de começar com uma pergunta: os governos da região vão realmente trabalhar para garantir que ninguém fique para trás, como proposto na Agenda 2030?

Esta é a terceira vez que nos dirigimos a esta assembleia. Até agora, não vimos nenhuma ação concreta para mostrar interesse nas nossas exigências.

A pandemia da COVID intensificou as violações dos nossos direitos humanos: a falta de reconhecimento do nosso trabalho deixou-nos desprotegidas de qualquer política pública de assistência e obrigou-nos a quebrar as regras de isolamento e tivemos de sair para trabalhar no meio da pandemia. Tivemos de escolher entre ficar nas nossas casas sem dinheiro para nos alimentarmos, pagar os nossos serviços e rendas, ou sair à procura de um meio de subsistência e sofrer a violência das forças de segurança, que desencadearam a pior repressão.

Entre setembro de 2020 e setembro de 2021, o sistema de levantamento das violências contra as trabalhadoras sexuais registou 1.270 casos de violação de direitos em 14 países da região. Muitos destes casos estão diretamente relacionados com medidas de confinamento, que foram utilizadas pelas forças de segurança para aumentar a sua repressão. 40% dos casos ocorreram nas

ruas, enquanto 26% tiveram lugar em locais de trabalho. Em mais da metade dos casos (54%), os perpetradores eram funcionários públicos, apenas 15% das informadoras apresentaram uma queixa formal; 9 delas receberam uma resposta do sistema, e apenas 3 destas respostas foram para a proteção dos seus direitos.

Estamos no continente mais desigual, e a COVID não afeta todas as pessoas por igual. Os níveis de pobreza são alarmantes e, neste contexto, ainda não somos considerados como sujeitas de direitos.

Outro problema que se tem agravado é a mobilidade migratória de pessoas que, por razões económicas, violência e instabilidade política, são violentadas e seus direitos são avassalados.

Ouvimos dizer que existem posições abolicionistas em relação ao nosso trabalho, mas a realidade é que, adoptar as medidas promovidas pelos sectores abolicionistas seria errado. Estamos sendo exterminadas e os Estados devem garantir-nos o direito à vida, à educação, à habitação, ao trabalho e, acima de tudo, à livre escolha sobre os nossos corpos.

Insistimos que os funcionários da OEA, das Nações Unidas e de outros mecanismos regionais não podem ignorar os seus mandatos e colocar as suas posições pessoais em primeiro lugar. Isto, na prática, não nos leva em consideração para discutir políticas públicas, recomendações e mesmo legislação que reconheça os nossos direitos negados.

### *É por isso que pedimos à Assembleia Geral*

Ordenar a criação imediata de um relator que possa promover, através da investigação e recolha de provas, a elaboração das resoluções necessárias para pôr fim à violação dos direitos humanos das trabalhadoras do sexo, a fim de construir uma América verdadeiramente renovada e inclusiva.

